



XIX encontro nacional
de pesquisa em
ciência da informação
ENANCIB

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

A CONTRIBUIÇÃO DAS COLEÇÕES ESTRANGEIRAS DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DA ÁREA DO DIREITO, 2010-2012

Eliane Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Nanci Oddone (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

THE CONTRIBUTION OF THE FOREIGN COLLECTIONS FROM THE CAPES PORTAL OF SCIENTIFIC JOURNALS FOR THE ACADEMIC PRODUCTION OF THE AREA OF LAW, 2010-2012

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Nesta pesquisa o Portal de Periódicos da Capes é visto como uma política pública de acesso à informação com base no conceito de política de informação definido por González de Gómez. Infere que o Portal da Capes enquanto política é uma ação voltada a modificar o regime de informação vigente. Mensura a participação dos títulos estrangeiros do Portal da Capes na produção dos pesquisadores brasileiros da área do Direito de acordo com as características encontradas na sua produção científica durante o triênio 2010-2012. Recorre ao estudo da produção científica de artigos científicos estrangeiros e à análise de citações para interpretação, tratamento e análise da produção científica internacional dos docentes do quadro permanente dos Programas de Pós-graduação em Direito com mestrado e doutorado que obtiveram notas 4, 5 e 6, no triênio 2010-2012. Compara os referidos títulos dos periódicos aos disponibilizados no Portal da Capes. Indica que os pesquisadores da área do Direito utilizam pouco dos títulos disponíveis no Portal, preferindo utilizar títulos que estão disponíveis em acesso aberto e em formato impresso. Aponta que existem títulos de interesse dos pesquisadores que ainda não fazem parte da coleção do Portal da Capes e que merecem atenção.

Palavras-Chave: Portal de Periódicos da Capes; Políticas públicas de informação; Periódicos jurídicos.

Abstract: In this research the Capes Portal of Scientific Journals is seen as a public policy of access to information based on the concept of information policy defined by González de Gómez. It is inferred that the Capes Portal while policy is an action aimed to modify the current information system. It measures the participation of the foreign titles from the Capes Portal on the production of the Brazilian researchers from the area of Law according to the characteristics found in their scientific production during the triennium 2010-2012. It resorts to the study of scientific production focused on foreign scientific articles and on the analysis of the quotes for interpretation, treatment and analysis of the international scientific production from the permanent teachers' staff of the post-

graduation in Law Programs with master's and doctorate that got grades 4, 5 and 6 on the triennium 2010-2012, as well as for comparison of the referred titles to the available on the Capes Portal of Scientific Journals. It compares the referred titles from the scientific journals to those available on the Capes Portal. It indicates that the researchers from the area of Law use very little of the titles available at the Portal, preferring to use titles that are available in open access and in printed format. Also it is perceived that titles of interest of the researchers that still aren't part of the Capes Portal collection and deserve attention.

Keywords: Capes Portal of Scientific Journals. Public Policies of information. Law Journals.

1 INTRODUÇÃO

O Portal de Periódicos da Capes, criado em 2000, reúne um precioso acervo bibliográfico, com uma extensa cobertura da literatura internacional para a comunidade de pesquisadores de todas as áreas, sendo seu acesso destinado aos pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões do país. Muito além de ser uma biblioteca digital federada, heterogênea e distribuída (FERREIRA; SOUTO, 2006), o Portal de Periódicos da Capes aparelha uma política pública que defende o acesso democrático do conhecimento científico para alcançar um aumento da produção científica nacional, proporcionando uma internacionalização das pós-graduações brasileiras (ALMEIDA; GUIMARÃES; ALVES, 2010).

O Portal foi projetado para superar o impasse financeiro devido à dispendiosa manutenção das coleções científicas nas instituições de pesquisas nacionais; à redução dos recursos financeiros destinados a essa manutenção; à excessiva elevação dos valores cobrados pelas editoras científicas aos assinantes de periódicos impressos. Mas, o modelo de negócio que define o projeto do Portal responde também a um novo regime de informação (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2012), que salienta uma tendência do mercado internacional em oferecer pacotes de periódicos em formato eletrônico com padrões proprietários e acesso restrito, de forma a aumentar a participação das editoras na distribuição do conhecimento científico (AMORIM, 2002; CORREA *et al.*, 2008; ORTELLADO, 2008).

A comunicação científica na área do Direito teve um início tardio. No Brasil, os periódicos jurídicos acadêmicos se consolidaram após a instituição do ensino superior no país (FONSECA, 2009). Na Europa os periódicos nasceram com a necessidade dos juristas em disseminar as novas informações decorrentes das mudanças metodológicas advindas dos argumentos racionais se contrapondo aos argumentos absolutistas defendidos pelas universidades europeias até então.

A pesquisa jurídica, hoje com um caráter interdisciplinar, cada vez mais necessita ter acesso à produção do conhecimento publicado em revistas internacionais, seja para publicar seus achados como também para citar o que já foi produzido pelos demais pesquisadores. Para tanto, o Portal de Periódicos da Capes é uma fonte importante de pesquisa. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo mensurar a participação dos títulos estrangeiros disponíveis no Portal de Periódicos da Capes na produção científica dos pesquisadores da área do Direito durante o triênio 2010-2012.

Para a realização desta pesquisa, procedeu-se um levantamento dos títulos dos periódicos estrangeiros citados nas produções científicas publicadas em periódicos internacionais pelos docentes do quadro permanente dos programas de pós-graduação em Direito (PPGDs) com a finalidade de averiguar sua disponibilidade para acesso por meio do Portal. Para obter esses dados, recorreu-se ao site da Capes para detectar os PPGDs reconhecidos pela Capes, com mestrado e doutorado simultaneamente. Utilizaram-se os Cadernos Indicadores da Capes para coletar as informações dos docentes que pertenciam ao quadro permanente dos PPGDs no triênio 2010-2012 e suas produções científicas publicadas em artigos de periódicos estrangeiros. De posse desses dados, foi feita a recuperação dos artigos em texto completo para que fosse possível o levantamento das citações a periódicos estrangeiros. Esses títulos de periódicos citados foram pesquisados no Portal de Periódicos da Capes a fim de verificar se estavam disponíveis para acesso.

2 ACESSO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL: AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE DIRECIONARAM A IMPLEMENTAÇÃO DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

A partir da década de 1950, o Estado assume o papel de elaborador e implementador das políticas públicas de ciência e tecnologia (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2002). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), criados em 1951, estabeleceram um novo regime de informação que despontaram demandas de acesso à informação científica por parte de uma crescente comunidade de cientistas. Em 1954, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), buscou minimizar as dificuldades encontradas pelos pesquisadores, mas o problema foi avançando ao longo do período. A partir de 1970 surgiram programas governamentais que buscaram implementar bases para a definição de uma política pública e a implementação de um sistema de informação científica e tecnológica (ICT), com a criação de mecanismos financeiros para apoio (Programa de Metas e Bases para a Ação do

Governo – 1970-1972); e planos que visavam consolidar a infraestrutura de pesquisa científica (I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) – 1972-1974) e fortalecer a ciência e a tecnologia para modernizar a indústria, a economia e a sociedade (II PND e II PBDCT – 1975-1979).

De acordo com González de Gómez (2002) as políticas de informação científica eram indiretas, tácitas e “frequentemente eram deslocadas, de acordo com definições de prioridades conjunturais e em constantes mudanças” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.29).

A partir do despontamento das tecnologias eletrônicas de informação e comunicação “o discurso dos sistemas nacionais de informação científico-tecnológica, colocado como questão de Estado, começava a ser substituído por um discurso de cunho econômico” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 29).

Desta forma, a preocupação com infraestruturas de armazenamento, tratamento e recuperação da informação são substituídos pela adoção de uma lógica de mercado, orientada pelo conceito de Sociedade da Informação, o qual

indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico (CASTELLS, 2012, p. 65).

Para a Biblioteconomia a primeira política pública brasileira destinada ao desenvolvimento de coleções de Bibliotecas surgiu em 1986 com o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), criado no âmbito da Secretaria da Educação Superior (SeSu) do Ministério da Educação (BRASIL, 1986a, 1986b, 1986c).

A necessidade do PNBU surgiu devido ao fortalecimento da pós-graduação ao longo da década de 1970, a crise econômica dos anos de 1980 e os intensos debates promovidos nas edições do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) a partir de 1978 (GARCIA, 1980; CHASTINET, 1990; LUBISCO, 2001, CUNHA; DIÓGENES, 2016).

Dentro do ciclo de políticas públicas a criação do PNBU parece constituir o que Leonardo Secchi (2014) conceitua como a etapa de identificação do problema, em que, é detectada uma situação indesejada que é possível de melhora. Para muitos autores (GARCIA, 1991; LUBISCO, 2001; SILVA, 2009; SILVA, 2010; CAETANO, 2012; CUNHA; DIÓGENES, 2016) o PNBU enquanto primeira política nacional direcionada para as bibliotecas universitárias e para o desenvolvimento de suas coleções teve evidente importância e impacto no estímulo a pesquisa e a produção científica do país.

Em 1990 há uma desaceleração do PNB/Probib gerando uma divisão de suas atribuições e uma redução dos recursos do governo federal para a renovação de assinaturas de periódicos, fazendo com que as universidades assumissem a renovação e a assinatura com recursos próprios. Devido aos altos custos e as verbas insuficientes, a manutenção dos títulos e a assinatura de novos periódicos ficaram impedidas (ODDONE; MEIRELLES, 2006; FERNANDES; CENDÓN, 2010).

Em 1995, a Capes criou o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP), tentando garantir a assinatura dos volumes referentes a 1995 e complementar as coleções interrompidas nos anos anteriores, porém com a falta de recursos o problema se agravou (ODDONE; MEIRELLES, 2006).

A etapa seguinte, no ciclo de políticas públicas, é a formulação de alternativas. A literatura aponta que a Capes formulou duas alternativas para suprir o acervo de periódicos científicos das bibliotecas. A primeira alternativa era influenciada pela experiência europeia dos Centros de Referência Regional, que reunia coleções de periódicos impressos e serviam de base para a comutação bibliográfica com outras bibliotecas do país. A segunda alternativa era espelhada no Programa Biblioteca Eletrônica (Probe), um consórcio de bibliotecas universitárias criado em 1999 pelo Estado de São Paulo e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que tinha como objetivo oferecer acesso ao texto completo de artigos de periódicos científicos em meio eletrônico. Os periódicos eram recebidos via CD-Rom, armazenados em um servidor local e acessados via rede (FERNANDES; CENDÓN, 2010; CORREA et al., 2008).

De acordo com Secchi (2014), dentro do ciclo de políticas públicas, a fase que sucede a formulação de alternativas é a tomada de decisão, que é influenciada pelos grupos de interesse. No caso da construção desta política, esses grupos eram formados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) que incentivavam a proposta da assinatura de periódicos eletrônicos. Com a tomada de decisão por uma alternativa, constrói-se a política, ou seja, transformam-se as regras, rotinas e processos sociais em ações concretas. Desta forma, a partir da portaria n. 34 de 19 de julho de 2001, a Capes reformulou o PAAP, criado em 1995, estabelecendo um novo formato para a aquisição e uso dos periódicos científicos estrangeiros nas bibliotecas

universitárias brasileiras e legitimando o Portal, lançado em 2000, como uma política pública de acesso à informação científica no âmbito Nacional (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013)

3 A DIVULGAÇÃO DA PESQUISA JURÍDICA NO BRASIL: OS PERIÓDICOS ACADÊMICOS

O periódico científico na área de Direito teve grande resistência por parte dos juristas, pois esses acreditavam que o Direito era uma necessidade prática e que a comunidade científica já era conhecedora de seus dados (MARTINHO, 2011).

Apenas no final do século XVIII, com os argumentos racionais, e o homem assumindo o papel de centro da emanção das leis, foi que os juristas sentiram a necessidade de disseminar suas novas ideias e conquistar adeptos ao novo pensamento em que a égide das normas e das leis era constituída pela razão e não por uma emanção divina (RAMOS, 2010).

A influência do método científico e do pensamento racionalista de Descartes rompe “o elo entre a jurisprudência e a dogmática fundada na autoridade dos textos romanos” (FERRAZ JR., 2015, p.44).

Em meados do século XX, a pesquisa jurídica caminha para a interdisciplinaridade, passando a enfatizar a pesquisa empírica, buscando apoio em recursos metodológicos e fundamentos empíricos de outros campos científicos. Desta forma, torna-se crítica e não se deixa “esgotar no campo da dogmática jurídica, mas submete o conjunto de conceitos e categorias dogmáticas ao crivo de critérios de legitimidade e eficácia social” (FONSECA, 2009, p. 41).

Atualmente, os periódicos jurídicos podem ser classificados em quatro tipos: revistas gerais ou generalistas que “não se dedicam a um determinado ramo específico da ciência jurídica, podendo incluir artigos de autores versando sobre diversos temas do Direito” (MARTINHO, 2011, p.30); as revistas especializadas com o objetivo de estudar “determinadas disciplinas jurídicas, e surgem, por vezes, com a intenção de suprir carências de títulos especializados nessas áreas” (MARTINHO, 2011, p.31); revistas acadêmicas ou universitárias caracterizam-se por estarem vinculadas a uma instituição de ensino, seus colaboradores serem alunos e professores desta instituição e possuírem um caráter mais doutrinário ou de teoria jurídica, seções de legislação, jurisprudência crítica, fatos relevantes à vida acadêmica; boletins ou *newletters* são revistas de curta periodicidade na maioria dos casos são de responsabilidade das associações profissionais de âmbito jurídico, sociedades de advogados

ou outras instituições jurídicas, abrangem em seus conteúdos informativos sobre as atividades jurídicas, produção legislativa e jurisprudencial.

Na Europa, os primeiros periódicos jurídicos surgiram na França no final do século XIII. Em Portugal a primeira revista jurídica foi editada em 1835 pela Sociedade Jurídica Lisboense (CHORÃO, 2002; FORMIGA, 2010; RAMOS, 2010). No Brasil, os periódicos jurídicos não surgiram com a mesma velocidade das demais áreas científicas. A primeira revista jurídica brasileira, criada em 1843, foi a precursora do Diário Oficial, pois trazia em suas seções publicações de atos oficiais governamentais. Segundo Formiga (2007) foi com a implantação do ensino superior brasileiro que dois formatos editoriais se consolidaram: as revistas científicas acadêmicas e as revistas jurisprudenciais.

4 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

O estudo proposto insere-se na categoria de pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e uso de técnicas bibliométricas e estatísticas de coleta de dados, em especial análise de citações.

A consulta ao Portal de Periódicos da Capes foi o ponto de partida para arrolar a coleção disponível no Portal e apontar os títulos estrangeiros disponibilizados no Portal para a área do Direito, mediante assinatura, com acesso restrito às instituições credenciadas. A listagem foi obtida em junho de 2015 após selecionar as opções “Buscar periódicos”, “Buscar por área do conhecimento”, “Ciências Sociais Aplicadas” e “Direito”.

A população estudada foi definida a partir do levantamento, em agosto de 2015, dos programas de pós-graduação em Direito (PPGDs) com os cursos de mestrado e doutorado acadêmicos na mesma instituição, cujos docentes permanentes eram seus principais autores. Esta relação foi obtida a partir de pesquisa na Plataforma Sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>) e no sítio da Avaliação Trienal 2013 (<http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/>), especialmente ao Painel de Divulgação dos Resultados da Trienal (<https://goo.gl/uZolkZ>), que permite a visualização dos dados e a aplicação de filtros por área, região, conceito e universidade. De acordo com o critério de seleção adotado, a lista de PPGDs obtida incluía programas com conceitos 4, 5 e 6.

Em termos de recorte cronológico, optou-se por escolher o período entre 2010 e 2012, correspondente ao último triênio avaliado pela Capes, considerando que os documentos referentes a esse período já se encontravam disponíveis em linha no início desta pesquisa.

Para a identificação do corpo docente dos PPGDS e da sua produção científica recorreu-se aos Cadernos de Indicadores (<https://goo.gl/DpSEIL>), que consiste num repositório mantido pela Capes que reúne todos os relatórios anuais produzidos pelos programas de pós-graduação em funcionamento entre os anos de 1998 e 2012. Esses relatórios estão em formato pdf e reúnem informações sobre a proposta dos programas, linhas de pesquisa, teses e dissertações defendidas, disciplinas ministradas, corpo docente, projetos de pesquisa, produção bibliográfica, produção técnica, entre outros. Os docentes foram identificados a partir dos Cadernos “CD - Corpo Docente, Vínculo Formação”, em que estes estivessem indicados como permanentes nos três anos do triênio analisado. O mapeamento da produção científica foi realizado a partir dos Cadernos “PB - Produção Bibliográfica” ressaltando os artigos completos publicados em periódicos internacionais, que fariam parte do *corpus* da pesquisa.

A etapa consistia no levantamento das citações a artigos publicados em periódicos estrangeiros no grupo de artigos reunidos no *corpus* da pesquisa. Para a realização desta etapa foi necessário empregar estratégias de buscas a fim de localizar o texto completo dos artigos do *corpus*, visto que os mesmos não puderam ser recuperados por intermédio do Portal de Periódicos da Capes. As alternativas adotadas incluíram: buscas em bases e catálogos de editoras, livrarias e bibliotecas entre os quais se destacaram Observatorio Bibliografico del Diritto dell'Economia, Catalogo Italiano del Periodici (ACNP), Associazione ESSPER: Periodici Italiani di Economia, Scienze Sociali e Storia, Dialnet, Information Matrix for the Analysis of Journals (MIAR), Periodicals Service Company & Schmidt Periodicals GmbH, The Keepers Registry, Cardiff Index to Legal Abbreviations; buscas no Google Scholar; buscas livres no Google; buscas em repositórios institucionais; buscas em bases de dados de acesso aberto; buscas no Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) e posterior aquisição dos artigos via Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT); pedido direto aos autores, por e-mail. O acesso ao texto completo dos artigos do *corpus* permitiu que finalmente se pudessem observar suas referências e notas de rodapé para identificar os artigos de periódicos estrangeiros que haviam sido citados.

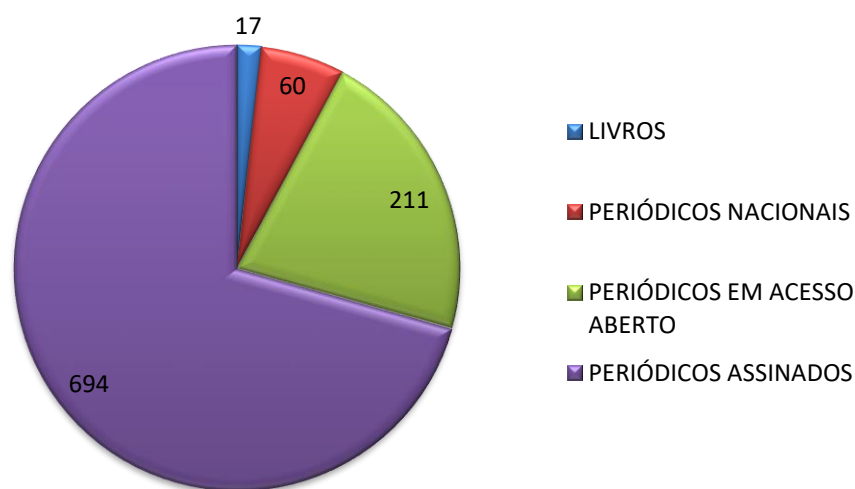
Após o mapeamento e a tabulação de todos os dados procedeu-se a análises comparativas de modo a mensurar a participação dos títulos estrangeiros disponibilizados pelo Portal de Periódicos da Capes na produção científica dos pesquisadores brasileiros da área do Direito durante o triênio 2010-2012, averiguando se os recursos dispendidos pela

Capes na continuidade do Portal e da política nacional de acesso à informação científica têm correspondido ao interesse e às necessidades dos pesquisadores da área.

5 RESULTADOS

Com seus 18 anos de existência, hoje o Portal oferece além de artigos de periódicos uma diversificada gama de fontes de informação. Para esta pesquisa o objeto de interesse são os periódicos estrangeiros em que os usuários somente teriam acesso mediante a assinatura pelo Portal de Periódicos da Capes. Em junho de 2015, após consulta ao seu website www.periodicos.capes.gov.br foram identificados 982 títulos de periódicos classificados para a área do Direito, sendo que destes 17 eram livros, 60 eram títulos de periódicos nacionais e 211 estavam disponíveis por meio de acesso aberto. Ficando um total de 694 títulos de periódicos estrangeiros que o pesquisador só teria acesso via assinatura, conforme demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Títulos de periódicos estrangeiros disponíveis no Portal de Periódicos da Capes coletados em 2015



Fonte: Portal de Periódicos da Capes

Para analisar a produção científica da área do Direito e levantar os periódicos estrangeiros utilizados pelos pesquisadores para publicar seus estudos foram identificados os programas de pós-graduação em Direito (PPGDs) que totalizaram em agosto de 2015, 31 programas com 88 cursos reconhecidos. Porém destes, foram descartados os programas da Universidade Veiga de Almeida (UVA) que ainda estava aguardando homologação pelo CNE e da UFRJ, pois o seu Doutorado ainda não tinha sido iniciado.

Desta forma, foram analisados 29 programas, sendo 8 programas com nota 6 (PUC/MG, PUC/RS, UFMG, UFSC, UFPR, UNB, UNISINOS e USP), 10 com nota 5 (Ciências Criminais PUC/RS, PUC/PR, UFPB JP, UFRGS, UNESA, UNICEUB, UNIFOR, UNISC, UNIVALI, UPM) e 11 com nota 4 (FADISP, FDV, ITE, PUC RJ, UERJ, UFBA, UFC, UFPE, UNISANTOS, PUC/SP e UFPA), conforme demonstrado no quadro 1.

Quadro 1 - PPGDs divididos por notas da Capes, 2010-2012

Universidades Nota 6	Universidades Nota 5	Universidades Nota 4
PUC MG	Ciências Criminais PUCRS	FADISP
PUC RS	PUC PR	FDV
UFMG	UFPB JP	ITE
UFSC	UFRGS	PUC RJ
UFPR	UNESA	UERJ
UNB	UNICEUB	UFBA
UNISINOS	UNIFOR	UFC
USP	UNISC	UFPE
	UNIVALI	UNISANTOS
	UPM	PUC SP
		UFPA

Fonte: <http://www.capes.gov.br>

No corpo docente destes 29 programas, foram identificados 685 professores que pertenciam ao quadro permanente nos três anos consecutivos do triênio 2010-2012. A produção científica estrangeira destes docentes neste triênio, inicialmente totalizava 278 artigos publicados, porém foram identificados problemas apresentados pelos programas ao lançarem seus dados no Coleta Capes que acabaram gerando a necessidade de descartar da análise 57 artigos. Os problemas que mais se destacaram foi a duplicidade de publicações devido a presença de docentes credenciados em mais de um PPGD (18 artigos), o lançamento de dados fora do triênio analisado (13 artigos), duplicidade de lançamento dos dados (10 artigos), publicações que não eram artigos científicos (9 trabalhos), publicação duplicada¹ (5 artigos) e publicações que não constavam nas revistas (2 artigos).

¹ A publicação duplicada é aqui entendida de acordo com a definição de Gimenez; Gimenez; Bortulucce (2015, p.1) na qual a mesma acontece “quando os autores enviam o mesmo trabalho para diversos periódicos”. Em 2006 a doutora Marcia Heloisa Tavares de Figueiredo Lima já apontava em sua tese de doutorado a existência de um mesmo trabalho publicado em mais de uma revista na área do Direito. Na dissertação da Helena Cristina Duarte Cordeiro, em 2012, também foram encontrados casos de um mesmo trabalho ser publicado em diferentes periódicos na área do Direito.

Com o descarte dos 57 artigos acima explicados, restaram 221 artigos que estão contidos em 148 títulos de periódicos. Destes, 25 títulos pertencem a outras áreas do conhecimento, totalizando 123 títulos pertencentes à área do Direito².

Para identificar os artigos citados pelos docentes, foram considerados os 221 artigos identificados na etapa anterior, não diferenciando os artigos publicados em periódicos da área do Direito dos periódicos de outras áreas. Essa decisão metodológica se justifica por acreditar que para um pesquisador da área do Direito publicar em qualquer área ele irá necessitar consultar e citar material bibliográfico da sua área de origem.

Desses 221 artigos não foi possível localizar o texto completo de 27 artigos. Desta forma, foram analisados 194 artigos publicados em periódicos estrangeiros. Nesses 194 artigos publicados pelos pesquisadores, foram identificados 512 artigos citados. Todos esses 512 artigos foram publicados em periódicos da área do Direito. E estão contidos em 280 títulos de periódicos da área do Direito.

Para mensurar a participação dos títulos estrangeiros disponíveis no Portal na produção científica dos pesquisadores da área do Direito durante o triênio 2010-2012, foi necessário consolidar em uma única listagem os títulos dos periódicos usados pelos pesquisadores para publicar (123 títulos) com os títulos dos periódicos que eles retiraram os artigos para citação (280 títulos), retirando as duplicidades obteve-se uma lista com 368 títulos.

O modelo de negócio dos 368 títulos da lista consolidada consiste em títulos que estão em formato digital (324 títulos) e títulos que estão em formato impresso (44 títulos). Os títulos em formato digital estão divididos em acesso aberto (162 títulos) e em assinatura (162 títulos), conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 - Modelo de negócio da lista consolidada

MODELO DE NEGÓCIO	REGISTROS	PERCENTUAL
ACESSO ABERTO	162	44%
ASSINATURA	162	44%
IMPRESSO	44	12%
TOTAL	368	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

O critério utilizado para classificar esses títulos foi a partir da consulta ao *website* dos periódicos e a análise da descrição dos objetivos, público e definição de área a que estes se destinam.

Dos 162 títulos em formato digital que requerem assinatura encontrou-se 57 títulos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes, sendo que 4 títulos durante a pesquisa não estavam classificados na área do Direito, apesar dos editoriais dos periódicos afirmarem que se destinavam também a área do Direito. Desta forma 53 constavam da lista de títulos obtida em 2015. Isso aponta que ao extrair indicadores de demanda versus oferta de títulos, constata-se que os pesquisadores utilizaram 7,6% dos títulos disponíveis no Portal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Gonzalez de Gómez (2002), no período entre as décadas de 1950 e 1980 o Estado era o responsável pela elaboração e implementação das políticas públicas que orientaram as pesquisas em ciência e tecnologia. Com as novas tecnologias, o discurso econômico prevalece e a preocupação fica focada na geração, processamento e transmissão da informação como fonte fundamental para a produtividade (CASTELLS, 2012). É neste contexto que surge o Portal de Periódicos da Capes, como uma ação voltada a resolver o problema de aquisição e acesso aos periódicos científicos internacionais.

Nesta pesquisa, foi estudado o Portal, seguindo os conceitos defendidos por Gonzalez de Gómez (2002) e o ciclo de políticas públicas defendido por Secchi (2014). Neste contexto, o que se inferiu foi que a construção desta política pública ocorreu a partir de uma ação voltada a modificar o regime de informação vigente, é uma política tácita e o lócus de manifestação é o Estado.

Ao mensurar a participação dos títulos estrangeiros disponíveis no Portal de Periódicos da Capes na produção científica dos pesquisadores da área do Direito durante o triênio 2010-2012, que é o objetivo desta pesquisa, percebeu-se uma pequena participação do Portal na produção das pesquisas desenvolvidas pelos docentes da área. A conclusão da pesquisa é que isso decorre, por um lado, do fato de que a área ainda faz um uso recorrente dos periódicos impressos; por outro lado, do fato de que metade dos periódicos em formato digital utilizados estão em acesso aberto, podendo ser acessados independentemente do Portal.

A coleção de periódicos científicos estrangeiros na área do Direito disponibilizada pelo Portal Periódicos Capes necessita, portanto, levar em consideração as peculiaridades dos hábitos informacionais dos pesquisadores da área, adequando suas coleções especializadas às preferências dessa comunidade. também seria recomendável ampliar os treinamentos de

usuários nessa área, de forma que seus autores assumam maior protagonismo na indicação de títulos a serem assinados ou cancelados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de; GUIMARÃES, Jorge Almeida. **A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira**. São Paulo: Senac, 2013.

AMORIM, Antonio Carlos. A globalização do mercado de periódicos científicos eletrônicos e os consórcios de bibliotecas universitárias brasileiras: desafios à democratização do conhecimento científico. 2002. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de São Paulo, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 287, de 24 de abril de 1986. **Diário Oficial**, Brasília, 28 abril 1986b. Seção I, p. 6050-6052.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 288, de 24 de abril de 1986. **Diário Oficial**, Brasília, 25 abril 1986a. Seção I, p. 6000-6001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Portaria nº 55, de 28 de abril de 1986c. **Diário Oficial**, Brasília, 30 abril 1986c. Seção I, p. 6224-6225.

CAETANO, Ana Carolina de Souza. Políticas públicas para bibliotecas universitárias: um olhar sobre os resultados do PNBu (1986). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17, 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CHASTINET, Yone. Participação da comunidade na implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – PNBu. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6, 1989, Belém. **Anais...** Belém: Universidade Federal do Pará, Biblioteca Central; MEC SESU, 1990. v. 2, p. 38-47.

CHORÃO, Luís Bigotte. O periodismo jurídico português do século XIX: páginas de história da cultura nacional oitocentista. Lisboa: Imprensa Nacional, Cada da Moeda, 2002.

CORREA, Cynthia Harumi Watanabe *et al.* Portal de periódicos da CAPES: um misto de solução financeira e inovação. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.127-145, jan./jun. 2008.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 21, n. 47, p.100-123, set./dez., 2016.

FERNANDES, Wesley Rodrigo; CENDÓN, Beatriz Valadares. Portal de Periódicos da Capes: proposta de um modelo de estudo bibliométrico para avaliação da coleção. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 318 - 349, nov. 2010.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. O Direito como objeto de conhecimento: perfil histórico. In: _____. **Introdução ao estudo do direito: técnica decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 31-56.

FERREIRA, Sueli Mara S. P.; SOUTO, Leonardo Fernandes. Dos sistemas de informação federados à federação de bibliotecas digitais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, v. 2, n. 1, p.23-40, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/3/20>. Acesso em: 23 jan. 2017.

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. Modelos de pesquisa jurídica. In: _____. **Iniciação à pesquisa no direito: pelos caminhos do conhecimento e da invenção**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 37-44.

FORMIGA, Armando Soares de Castro. O período jurídico oitocentista na órbita das academias Brasileiras. *Revista Integralização Universitária*, v.1, n.1, abr./set. 2007.

_____. **Periodismo jurídico no Brasil do século XIX: história do Direito em jornais e revistas**. Curitiba: Juruá, 2010.

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. A informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1/2, p. 41-81, 1980.

_____. **Plano nacional de bibliotecas universitárias: planejamento e permanência**. [Brasília: Finep], 1991. 42 f.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

LUBISCO, Nidia Maria Lienert. **A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC: o caso da UFBA**. 2011. 279f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2011.

MARTINHO, Ana Maria de Sá Osório Figueiredo. **Contributo das revistas jurídicas para a comunicação e criação de conhecimento: uma perspectiva bibliométrica**. 264f. Tese (Doutorado em Bibliografía y Documentación Retrospectiva en Humanidades) Programa de Doctorado: D264: Bibliografía y Documentación Retrospectiva en Humanidades. Departamento de Ciencias Sanitarias y Médico-Sociales. Universidad de Alcalá, Alcalá de Henares, 2011.

ODDONE, Nanci; MEIRELLES, Rodrigo. O Portal de Periódicos da Capes e os indicadores de desempenho da informação eletrônica. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v.7, n.3, jun. 2006.

ORTELLADO, Pablo. As políticas nacionais de acesso à informação científica. Liinc em Revista. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 186-195, 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3164/2830>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. O periodismo jurídico brasileiro no século XIX. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.54-97, jan. 2010.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, Angela Maria Moreira. A construção das bibliotecas universitárias no Brasil. **Revista Informação & Universidade (RevIU)**, v. 2, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/259345328_A_construcao_das_bibliotecas_universitarias_no_Brasil>. Acesso em: 05 nov. 2016.

SILVA, Edilene Maria. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias**. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.